

## **Qualidade do destino Açores depende de sustentabilidade e ordenamento turístico, aponta Carlos Silva**

Carlos Silva defendeu que a “qualidade do destino Açores depende da sustentabilidade e ordenamento turístico”, desafiando o Governo Regional a fazer da definição das regras de ordenamento turístico uma “prioridade”.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS falava esta terça-feira, dia mundial do turismo, à saída de uma reunião com a Associação de Guias de Informação Turística dos Açores (AGITA).

Carlos Silva evidenciou a “falta de ordenamento turístico que existe neste momento na Região”, um problema que foi “acentuado durante o verão de 2022”.

“Neste verão o que se verificou foi que houve demasiada pressão em alguns locais de interesse turístico, algum desordenamento, falta de fiscalização e isso realça a importância de termos um Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), um documento que este Governo Regional até apresentou no início deste ano, mas que retirou à pressa, porque o documento não estava adaptado à realidade dos Açores”.

Carlos Silva defendeu a necessidade de “reforçar a fiscalização, sobretudo em locais de grande procura turística”, bem como de “promover a dispersão dos turistas para várias ilhas e locais e reforçar a aposta na época baixa, combatendo assim a sazonalidade”.

Carlos Silva salientou que o turismo é uma atividade económica “muito importante para os Açores”, mas vincou que é “fundamental garantir uma sustentabilidade do destino e a conciliação entre a qualidade de vida dos residentes e a qualidade do serviço que prestamos aos turistas”, o que “pode ficar comprometido caso não exista um POTRAA adequado”.

O parlamentar socialista sublinhou que o Governo Regional deveria ter tido “uma abordagem mais disciplinada e menos atabalhoada” nesta matéria, devendo assegurar que o documento a apresentar no Parlamento Açoriano “era atualizado, assente no diálogo com os parceiros do setor, e que refletisse as necessidades do destino Açores”.

“O Governo da coligação apresentou uma proposta de POTRAA e retirou-a à pressa, sob pressão de múltiplos parceiros do setor, que encontraram muitas falhas no documento. Era de facto um documento desatualizado e com muitas falhas, mas o Governo poderia ter optado por reformular em vez de simplesmente retirar. A consequência prática é que neste momento, existe um vazio que importa colmatar, sob pena do agravamento de problemas que podem ser mais difíceis de reverter, um dia mais tarde”, alertou o deputado socialista, Carlos Silva.

Ponta Delgada, 27 de setembro de 2022